

**EMANCIPACIONISMO
E AS REPRESENTAÇÕES DO ESCRAVO
NA OBRA LITERÁRIA
DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO***

*Sharyse Amaral***

Deputado, jornalista, médico, professor de história, autor de romances e de peças de teatro e de uma obra de história para uso didático, secretário e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Manuel de Macedo, ou Dr. Macedo, como era chamado, foi um ativo participante da sociedade da Corte Imperial. De acordo com Soares Amora, Macedo chegara à década de 1870 como o escritor de maior popularidade no país, sendo bem relacionado tanto nas rodas literárias quanto nos meios políticos e sociais.¹

Neste artigo, pretendemos abordar as representações do escravo na obra de Macedo. Com este fim, analisaremos detalhadamente *As vítimas-algozes*, por se tratar de um romance cuja principal temática é a escravidão.² Tentaremos mostrar como esta obra literária pode ser lida como um importante testemunho da época em que foi escrita, já que nela

* Este artigo é uma versão modificada do segundo capítulo da Dissertação de Mestrado “Uma nação por fazer: escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manuel de Macedo”, defendida no Departamento de História do IFCH/UNICAMP. Agradeço as sugestões feitas por João José Reis, Luis Nicolau Parés, Renato da Silveira e Waldemir Zamparoni.

** Doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia.

¹ Soares Amora, *A literatura brasileira*, São Paulo, Ed. Cultrix, 1973, p. 213.

² Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas-algozes — quadros da escravidão*, 3ª edição, São Paulo, Ed. Scipione/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991 [1869].

transparece o debate sobre a formação da nacionalidade brasileira e sobre o problema da contribuição do elemento negro na constituição do povo brasileiro. Ao analisarmos a obra, levaremos em conta não só o que o autor pretendia comunicar objetivamente, como também o que deixa transparecer de forma involuntária através da linguagem, da imagem transmitida, do vocabulário utilizado e mesmo daqueles pontos em que silencia.

As vítimas algozes e as intenções do Dr. Macedo

O romance *As vítimas-algozes — quadros da escravidão*, publicado em 1869, constitui uma obra de cunho emancipacionista, que narra histórias de escravos de confiança que traíram os seus senhores e senhoras, roubando, assassinando, envenenando e corrompendo. Nas três novelas que compõem o livro — *Simeão, o crioulo, Pai-Raiol, o feiticeiro e Lucinda, a mucama* — Macedo tentava mostrar como a escravidão podia transformar as vítimas (escravos) em algozes dos senhores, e os algozes (senhores), em vítimas dos seus escravos.

De acordo com David Brookshaw, tendo por base um artigo publicado em *A Província de São Paulo* (10/01/1880), era provável que tivesse sido uma obra de encomenda, pedida pelo Imperador D. Pedro II, cujo objetivo seria o de preparar o “espírito” dos senhores para a lei do Ventre Livre (1871).³ Escrito por encomenda ou não, Macedo fez uma explícita propaganda das idéias que viriam a fazer parte da Lei do Ventre Livre. Como veremos, há nele a defesa da proposta da libertação do ventre escravo e da indenização dos senhores e a clara intenção do autor em colaborar, enquanto romancista, para o convencimento dos proprietários de escravos quanto à necessidade da emancipação:

[...] o governo e a imprensa devem esforçar-se por iluminar os proprietários de escravos e convencê-los de que está em seus próprios interesses auxiliar o Estado na obra imensa e escabrosa da emancipação, para que ela, que é infalível, se efetue com a menor sombra possível de sacrifícios. [...] Como, porém, é de-

³ No artigo a que Brookshaw se refere, o autor critica o hábito de se produzirem obras por encomenda. David Brookshaw, *Raça e cor na literatura brasileira*, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1983, p. 33.

ver de cada um concorrer a seu modo [...] pagaremos o nosso tributo nas proporções da nossa pobreza, escrevendo ligeiros romances.⁴

A obra, que Macedo logo no prefácio diz ser indicada aos senhores de escravos, tenta convencer o leitor a acabar com a escravidão, mostrando que esta, ao corromper o negro, traria danos irreversíveis à sociedade brasileira como um todo e, mais especificamente, à família do senhor. Deste modo, escreve Macedo no referido texto que “a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra de seus incôscios opressores”.⁵

Segundo o autor, para “conscientizar” os senhores, o literato disporia de duas alternativas. A primeira delas seria a de expor o sofrimento dos escravos: “um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos do escravo [...]. É o quadro do mal que o senhor, ainda sem o querer, faz ao escravo”. Enquanto a segunda seria a de mostrar a perversão dos valores da sociedade branca, devido ao contato com a escravidão:

Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos [...], é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a idéia da emancipação que a aniquila.⁶

Pelo título da obra e pelos nomes dados aos personagens, a escolha do nosso literato é evidente: Simeão lembra símio, Lucinda lembra Lúcifer e Pai-Raiol lembra raios. Mas o autor explicita a sua intenção: “preferimos este segundo caminho: é o que mais convém ao nosso empenho”.⁷ Seguindo sua intenção, Macedo tenta expor ao seu leitor “os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo (...)”. O que o autor não deixa claro é o motivo pelo qual acreditava ser

⁴ Macedo, *As vítimas*, p. 4.

⁵ *Ibid.*, p. 5.

⁶ *Ibid.*, pp. 4-5.

⁷ *Ibid.*, p. 5.

este o melhor caminho para o seu empenho de convencer os senhores da necessidade da emancipação. É provável que, dada a forma como Macedo entendera que as relações entre senhores e escravos foram estabelecidas no Brasil, não acreditasse em verdadeira mudança no quadro social apenas apelando para a humanidade dos senhores. Afinal, a justificativa ideológica para a manutenção da escravidão no Brasil era a necessidade de civilizar os escravos através do ensinamento da moral católica e da constituição de uma ética para o trabalho, objetivos que, para a sociedade da época, não haviam sido atingidos e prova disto era a discussão sobre uma legislação que obrigasse o liberto a tomar contrato de trabalho, bem como a existência das alforrias condicionais, que demonstravam o pensamento senhorial de que os forros — despreparados para a liberdade — deveriam passar de escravos a homens livres dependentes.⁸ Portanto, parece óbvio que o autor seria muito mais persuasivo se apelasse para o próprio egoísmo do senhor, mostrando que o escravo não seria o único prejudicado pela perpetuação da escravidão no Brasil.

Ao narrar histórias de escravos dissimulados, depravados, ladrões e assassinos, à primeira vista pode parecer-nos que o autor está carregando nas características pejorativas do negro, porém, em uma leitura mais atenta, fica claro que Macedo descreve pejorativamente a figura do escravo. Deste modo, escreve que “o escravo que vamos expor a vossos olhos é o escravo das nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem e que a escravidão tornou peste ou fera”,⁹ ou seja, Macedo afirmava que a degeneração do negro não era inerente a ele, o que o tornava amoral era a escravidão. Esta idéia é repetida com exatidão praticamente ao final de cada capítulo das três novelas que compõem *As vítimas-algozes*.

Esta é a tese fundamental na tentativa de Macedo de formar uma nacionalidade. Para ele, se o que corrompia o negro era a escravidão, só quando esta cessasse se poderia iniciar sua regeneração, através do ensinamento da moral católica, do nascimento de negros que não teriam sido marcados pela experiência do cativo e também pela miscigena-

⁸ Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 135.

⁹ Macedo, *As vítimas*, p. 5.

ção com o branco.¹⁰ Deste modo, poderia haver uma contribuição do negro na formação de um povo brasileiro, sem que esta contribuição representasse um empecilho no processo civilizatório do país.

Para confirmar esta interpretação de *As vítimas-algozes*, é importante percebermos a visão que Macedo tinha do escravo em um discurso proferido no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1871, onde comenta a Lei do Ventre Livre:

Em nossa pátria, o céu quase sempre tão brando é toldado por nuvens escuras, que se aproximam e se misturam; as questões de política interna se resolvem e se agravam com a inexorável questão social, que aliás, para a glória do Brasil, foi em sua moderada e prudente resolução iniciada nobre e santamente, com a purificação da inocência, até bem pouco maculada pelo selo negro da escravidão, imposto duas vezes: uma ao feto, no ventre da mãe escrava; outra ao brasileiro recém-nascido às portas da vida, predestinada inferno¹¹

Portanto, neste discurso, em que Macedo denomina de brasileiro aquele que nascia escravo, e a Lei do Ventre Livre, de “purificação da inocência”, fica claro que, acabada a escravidão, o negro, ou melhor, o crioulo, poderia vir a integrar a sociedade brasileira. Ao se referir ao escravo como brasileiro, Macedo tem uma visão distinta do conceito de nacionalidade, estabelecido pela Constituição Brasileira de 1824, segundo a qual só eram considerados brasileiros aqueles que “no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação”.¹²

Se podemos perceber na obra de Macedo um fundo moralista, é certo que não podemos considerá-la plenamente conservadora. O autor tentava, então, fornecer, no âmbito político e social do país, um modelo a ser seguido, tanto pelo cidadão comum quanto pelo político brasilei-

¹⁰ O tema da defesa de Macedo da imigração européia para o Brasil e da miscigenação foi desenvolvido no primeiro capítulo da minha Dissertação de Mestrado e será retomado na conclusão deste artigo.

¹¹ Joaquim Manuel de Macedo, “Discurso”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 34 (1871).

¹² José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*, Brasília, Senado Federal, 1978, apêndice, primeira parte, título 2, art. 6.

ro. Neste modelo, o negro — ainda que escravo — era enquadrado como compatriota. Assim, ao argumentar a favor da emancipação escrava, Macedo apelava para o sentimento de nacionalidade da elite brasileira — tão caro àquela geração romântica — já que, de acordo com o autor, a escravidão era imposta “ao brasileiro recém-nascido às portas da vida”, o que equivalia a dizer que a perpetuação da escravidão no Brasil implicava na constante escravização de brasileiros.

As vítimas-algozes é, portanto, uma obra de tese, onde o autor, manipulando o “imaginário do medo”¹³ da classe senhorial, tenta convencer o leitor da necessidade da emancipação gradual dos escravos, sem que isto acarretasse prejuízo à lavoura, haja vista que o autor defendia também a indenização dos senhores de escravos pelo governo, o que procura deixar claro logo no prefácio do livro:

Como quer que seja, mau grado os interesses que hão de padecer, a despeito das oposições que se fazem e se farão sentir, embalde as fáceis objeções denunciadoras de indubitáveis inconveniências e senões em quantos projetos e imagináveis planos se engendrarem para que menos violenta e dolorosa se resolva a questão social, é positivo que tocamos às vésperas da emancipação dos escravos. Ninguém se iluda, ninguém se deixe iludir. *Não há combinação de interesses, não há partido político, não há governo, por mais forte que se presuma, que possa impedir o proceloso acontecimento.* [...] A emancipação imediata e absoluta dos escravos, que aliás *pode vir a ser um fato indeclinável e súbito na hipótese de adiamento teimoso do problema*, e provocador do ressentimento do mundo, seria louco arrojo que poria em convulsão o país, em desordem descomunal e em soçobro a riqueza particular e pública, em miséria o povo, em bancarrota o estado. [...] A emancipação gradual iniciada pelos ventres das escravas, e completadas por meios indiretos no correr de prazo não muito longo, e diretos no fim desse prazo com indenização garantida aos senhores.¹⁴

Vemos, pelo prefácio, que a discussão sobre a escravidão estava na “ordem do dia”. Macedo parecia escrever tendo em conta os últimos aconte-

¹³ Expressão utilizada por Flora Süssekind no título do seu prefácio à obra: Flora Süssekind, “*As vítimas-algozes e o imaginário do medo*”, in Macedo, *As vítimas*.

¹⁴ Macedo, *As vítimas*, p. 5 (grifo nosso).

tecimentos da política nacional, que tinham colocado no poder o ministério de Itaboraí, conservador; sendo que ele próprio tinha sido eleito deputado pela Província do Rio de Janeiro e apoiara o ministério liberal de Zacarias. Este já havia mostrado ante a Coroa a sua disposição em implementar a reforma servil, ao contrário do ministério Itaboraí, resistente à reforma.¹⁵

Ao afirmar que a emancipação poderia tornar-se um “fato súbito” no caso de um “adiamento do problema”, Macedo parece tentar explicar que à mudança de gabinete ministerial não poderia corresponder um recuo no que dissesse respeito à reforma servil. Mais do que isto, ao afirmar que “não há governo [...] que possa impedir o proceloso acontecimento”, Macedo parece estar, de antemão, defendendo o Imperador das críticas que, porventura, pudessem atingi-lo, quando a Lei do Ventre Livre fosse implementada.¹⁶ O que pretendia, então, era mostrar que tal lei era, dentro das possibilidades, a melhor alternativa para a emancipação da escravidão, já que a abolição imediata, além de trazer desordem para a produção agrícola, arruinaria de vez o Estado que, devido aos gastos com a guerra do Paraguai, se encontrava em situação financeira bastante desfavorável.

A defesa que fazia do Imperador era necessária diante da repercussão negativa que houve à Fala do Trono de 1867 e de 1868, quando Pedro II tocou na questão da emancipação.¹⁷ Esta era uma das principais preocupações de Macedo em um memorial dirigido ao Imperador em março de 1868:

A emancipação dos escravos levada à efeito como V. Alt. Imperial entende e deseja, em escrupulosa moderação, com respeito à propriedade, e encetando-se pela liberdade dos ventres [...] é uma necessidade indeclinável; mas ainda encontrará a mais decidida

¹⁵ Paula Beiguelman, “O encaminhamento político do problema da escravidão no Império”, in Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História geral da civilização brasileira* (São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967), tomo 2, vol. 3, pp. 205-07.

¹⁶ Macedo, *As vítimas*, p. 5.

¹⁷ Sobre a repercussão da Fala do Trono de 1867, Francisco Iglésias comenta que “esta referência, vinda do Trono, ecoa entre parlamentares e no meio do povo e será em breve o problema número um da nação”: Francisco Iglesias, “Vida Política”, in Buarque de Holanda (org.), *História geral*, p. 105. Ver também José Murilo de Carvalho, segundo o qual, nas críticas ao projeto de emancipação gradual “o tema central da discussão foi a acusação, freqüentemente repetida, de que o projeto era de inspiração imperial e não nacional”: José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p. 286.

oposição, acenderá sério ressentimento no ânimo dos lavradores menos esclarecidos, e a classe dos lavradores era e creio que ainda é a mais dedicada ao elemento monárquico de nosso sistema de governo. Essa oposição [...] poderão ser nocivos à Augusta Pessoa de V. Alt. Imperial; porque inconveniente se faz correr que é V. Alt. Imperial o ativo [...] e insistente instigador da emancipação.¹⁸

Macedo quer a emancipação, porém parece concordar com a tese de Zacarias de que “o rei reina e não governa”, ou seja, a responsabilidade pelos atos do poder moderador deveria caber aos ministros. Tinha consciência de que a classe proprietária ficaria bastante desgostosa com a Lei do Ventre Livre e de que era ela quem sustentava o Estado. Com o intuito de diminuir o desgaste da figura do Imperador, acrescenta:

A emancipação é uma inevitável e profunda revolução econômica, seus admiráveis e majestosos resultados serão colhidos e apreciados pelas gerações futuras: a geração atual pagará o preço de enormes sacrifícios essa bela vitória da humanidade e da civilização; saibam pois os ministros de V. Alt. Imperial assumir diante da geração atual toda a glória e todo o peso da idéia emancipadora.¹⁹

Ao que parece, os conselhos dados por Macedo a Pedro II — da necessidade de se promover a emancipação escrava através dos nascituros, com a indenização dos proprietários e com a responsabilidade atribuída ao gabinete ministerial — tinham por base a atitude de José de Alencar, então Ministro da Justiça do gabinete Itaboraí. Alencar, sendo a favor da emancipação voluntária, se recusara a discutir durante o seu ministério a questão servil, por ser abertamente contra qualquer lei que impusesse a emancipação aos senhores de escravos.²⁰

¹⁸ Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro, lata 333, pasta 60, *Memorial sobre os negócios públicos dirigidos ao Imperador D. Pedro II por Joaquim Manuel de Macedo*, 03/1868.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ Disse Alencar, em discurso proferido na câmara, em 13 de julho de 1871, opondo-se à lei de libertação do ventre: “Havendo-me oposto a esta idéia desde a primeira vez que assomou ao país, em 1867, [...] havendo na qualidade de Ministro resistido francamente à Coroa na promoção desta reforma, cujo projeto, elaborado pelo Conselho de Estado, mandei arquivar na Secretaria da Justiça para ser entregue ao meu sucessor”: José de Alencar, *Discursos Parlamentares*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1987, p. 242, apud Sílvia Cristina Martins de Souza e Silva, “Idéias encenadas — uma interpretação do *Demônio familiar*, de José de Alencar”, (Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1996).

Neste conjunto de três novelas, Macedo busca impressionar o leitor mais pelo realismo com que são escritas as histórias do que pela própria violência do enredo. Este realismo com que são feitas as descrições — permitindo ao leitor do século XIX identificar os locais, as práticas sociais e as relações entre os personagens das tramas com a sua vida cotidiana — deveria ter o efeito de um retrato sem retoques (coisa que o leitor do romantismo não andava lá muito acostumado); nele o senhor deveria reconhecer-se como o verdadeiro responsável pela criminalidade dos escravos, já que, no discurso de Macedo, a perversão é atribuída à escravidão e não à raça negra: “sua ingratidão e a sua perversidade não se explicam pela natureza da raça, o que seria absurdo; explicam-se pela condição de escravo, que corrompe e perverte o homem”.²¹ E o único agente social capaz de exterminar a escravidão era o próprio senhor: “O negro escravo é assim. Se não o quereis assim, acabai com a escravidão”.²²

Neste caso, restaria ao senhor arcar com as dificuldades advindas da mudança na estrutura de trabalho e preservar suas famílias, ou então manter a escravidão e também a desmoralização da sociedade. É com o intuito de descrever as influências nocivas da manutenção da escravidão que são escritas as histórias:

queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras *que todos vós já sabeis*, sendo certo que em as já saberdes é que pode consistir o único merecimento que porventura tenha este trabalho; porque na vossa ciência e na vossa consciência se hão de firmar as verdades que vamos dizer.²³

O fato de Macedo ter consciência de que as histórias contadas já eram bastante conhecidas do seu público parece descartar a possibilidade de que o autor pretendesse atingir seu leitor pela violência do enredo. Se aquela sociedade já estava cansada de saber das relações sociais impostas pela escravidão, como se poderia concretizar a sua intenção de manipular um suposto medo senhorial? Possivelmente, através da tentativa de mostrar como situações do cotidiano senhor-escra-

²¹ Macedo, *As vítimas*, p. 18.

²² *Ibid.*, p. 23.

²³ *Ibid.*, p. 1 (grifo nosso).

vo, já bastante naturalizadas pela sociedade, poderiam desembocar em atos violentos do escravo contra o senhor. Neste caso, a intenção do autor seria menos de atingir a consciência senhorial, através de cenas de violências explícitas, do que de trazer para a casa de cada leitor o perigo iminente, levantando ali uma ponta de dúvida sobre cada escravo que possuísse, fosse este de confiança ou não.

Como exemplo destes retratos da escravidão, podemos citar a descrição de uma venda e das relações que nela ocorrem em *Simeão, o crioulo*,²⁴ a descrição de um ritual de candomblé em *Pai-Raiol, o feiti-ceiro*, ou ainda as relações estabelecidas entre os escravos na cozinha, descritas nas três novelas e, mais detalhadamente, em *Lucinda, a mucama*. A este realismo é acrescida a argumentação do narrador, que, explicando a atitude de cada “traidor” da classe senhorial — escravos e livres que tinham relações de cumplicidade com os crimes cometidos por escravos — e culpando a instituição da escravidão pela desgraça de muitas famílias, acentua o caráter propagandístico da obra.

As vítimas-algozes foi o único romance de Macedo em que o autor pretendeu discutir especificamente as relações entre a escravidão e a família senhorial. Entretanto, desde o começo de sua carreira como romancista esta temática vinha sendo abordada. Já em 1844, em *A moreninha*, seu primeiro romance publicado, Macedo constrói um personagem escravo — o “moleque Tobias” — que buscava obter dinheiro em troca dos favores concedidos a Fabrício, um pretendente de sua senhora. Abaixo, lemos um trecho do romance, uma carta de Fabrício a seu amigo Augusto, onde descreve a enrascada em que se metera ao solicitar a ajuda de um escravo alcoviteiro:

Pinta na tua imaginação, Augusto, um crioulo de 16 anos, todo vestido de branco com a cara mais negra e mais lustrosa do que um botim envernizado, tendo, além disso, dois olhos belos, grandes, vivíssimos e cuja esclerótica era branca como o papel em que te escrevo, com lábios grossos e de nácar, ocultando duas ordens de finos e claros dentes, que fariam inveja a uma baiana; dá-lhe a

²⁴ “Crioulo” era a denominação dada ao negro brasileiro descendente de africanos, isto é, não mestiço.

ligeireza, a inquietação e rapidez de movimentos de um macaco e terá feito idéia desse diabo de azeviche, que se chama Tobias. Não me foi preciso chamá-lo: bastou um movimento de olhos para que Tobias viesse a mim, rindo-se desavergonhadamente. Levei-o para um canto.

— Tu pertences àquelas senhoras que estão no camarote, a cuja porta encostavas?...perguntei.

— Sim, senhor, me respondeu ele, e elas moram na rua de... nº... ao lado esquerdo de quem vai para cima.

— E quem são?...

— São duas filhas de uma senhora viúva, que também aí está e que se chama a Ilma. Sra. d. Luísa. O meu senhor era negociante e o pai de minha senhora é padre.

— Como se chama a senhora que está vestida de branco?

— A sra. d. Joana..tem 17 anos, e morre por casar.

— Quem te disse isso?...

— Pelos olhos se conhece quem tem lombrigas, meu senhor!...

— Como se chamas?

— Tobias, escravo de meu senhor, crioulo de qualidade, fiel como um cão e vivo como um gato.

Finalmente, sr. Augusto dos meus pecados, o negócio adiantou-se, e hoje, tarde me arrependo e não sei como me livre de semelhante entaladela, pois o Tobias não me sai da porta. Já não tenho tempo de exercer meu classismo; há três meses não como empadas e, apesar de minhas economias, ando sempre com as algibeiras a tocar matinas.²⁵

A citação é longa, mas através dela podemos perceber a descrição de uma situação que, dada a frequência com que aparece nos romances, deve ter sido bastante comum no século XIX: a função de garoto de recados a que se prestavam os escravos domésticos em situações de encontros amorosos. Tobias, ao ser solicitado por um desconhecido, não hesita em fornecer informações íntimas sobre suas senhoras. O que poderia ser visto como uma grande mazela da escravidão foi colocado, neste romance de 1844, de forma bastante pitoresca. Como veremos, esta mesma situação foi descrita em *As vítimas-algozes*, só que, neste caso, a situação

²⁵ Joaquim Manuel Macedo, *A moreninha*, São Paulo, Ed. Ática, 1998, pp. 23-24.

foi abordada como resultado da inveja e da dissimulação de uma escrava doméstica, colocando em risco a honra da sinhá-moça.

A intenção de Joaquim Manuel de Macedo ao escrever *A moreninha* é muito diferente do seu propósito ao escrever *As vítimas-algozes*. A esta diferença corresponde uma modificação no estilo, ainda que as duas obras se caracterizem por um esforço, por parte do autor, em moralizar o seu público. Sem dúvida, esta tentativa de moralização é mais acentuada em *As vítimas-algozes*, porque, então, era necessário provar que, com a existência da escravidão, seria impossível construir-se uma sociedade com base em valores éticos e morais. Enquanto *A moreninha* é uma obra característica do romantismo brasileiro, *As vítimas-algozes* é considerada uma antecipação da literatura naturalista, que tem como base um certo determinismo social, sendo uma característica-chave para o desenvolvimento das teses antiescravagistas de Macedo. Neste romance, a experiência da escravidão tirava a humanidade do escravo, fazia com que fossem nele destruídos todos os valores morais.

Ingratidão, selvageria e perniciosidade — os males da escravidão

Simeão, o crioulo

A primeira novela de *As vítimas-algozes* é intitulada *Simeão, o crioulo*. Nela, Macedo narra a história de Simeão, escravo crioulo, filho da ama-de-leite da única filha dos senhores, que fora criado pela família senhorial após a morte de sua mãe escrava. Devido aos laços que uniam sua mãe à sinhazinha, Simeão crescera junto com a menina em meio a uma relação permissiva, tendo-lhe, inclusive, sido prometida a alforria quando da morte do senhor. A promessa de alforria, demorando a tornar-se realidade, desencadeou uma série de crimes cometidos pelo escravo contra a família senhorial, culminando com o assassinato de todos os seus membros.

A novela começa com a descrição de uma venda, localizada nos arredores da fazenda, onde se passa boa parte da trama. A venda é, nesta novela, o principal cenário das relações entre escravos, homens livres vadios e, à noite, também é freqüentada por quilombolas. A venda parece ter sido pinçada da vida real, e esta era, sem dúvida, a inten-

ção do autor, que pretendia que o senhor reconhecesse ao seu redor uma venda como aquela, tornando maior o poder de persuasão do livro:

A venda de que falo é uma taberna especialíssima que não poderia existir, manter-se, medrar em outras condições locais, e em outras condições do trabalho rural [...] Essa parasita das fazendas e estabelecimentos agrícolas das vizinhanças facilmente se pode conhecer [...] Em todas [as vendas] porém aparece humilde no fundo do quase vazio bojo a porta baixa que comunica pelo corredor imundo com dous ou mais quartos escuros, onde se recolhem as pingues colheitas agrícolas do vendalhão que aliás não tem lavoura.²⁶

Macedo chama a venda de parasita, por ser sustentada pelo furto dos escravos nas lavouras dos senhores e que, portanto, só existia como consequência da escravidão. Os escravos davam os produtos dos furtos em troca de aguardente, fumo e “chorados vinténs”. Segundo Macedo, a venda funcionaria também como espécie de “válvula de escape” dos cativos, onde “sem ela, os suicídios de escravos espantariam pelas suas proporções”. Da expressão “chorados vinténs” podemos deduzir que os escravos, preferencialmente, queriam o pagamento em dinheiro, o que fica ainda mais claro se atentarmos para o fato de que, na década de 1860, a poupança entre os escravos e a compra da própria alforria já eram uma prática costumeira, tornando-se lei em 1871.²⁷

Em seu trabalho sobre os quilombos no Rio de Janeiro do século XIX, Flávio dos Santos Gomes mostrou como nas vendas e nas tavernas de beira de estradas se desenvolveu uma rede de relações entre taberneiros, escravos e quilombolas²⁸. O autor mostra que estas relações permitiram aos quilombolas não só uma forma de subsistência como também de proteção. Macedo também demonstrou ter consciência deste último aspecto:

²⁶ Macedo, *As vítimas*, p. 9.

²⁷ Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 108.

²⁸ Flávio dos Santos Gomes, “Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX”, in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio — história dos quilombos no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1996), pp. 274-76. Sobre as relações entre as vendas e os roubos de escravos, ver também Emília Viotti da Costa, “O escravo na grande lavoura”, in Buarque de Holanda (org.), *História geral*, p. 151.

A venda não dorme: às horas mortas da noite vêm os quilombolas, os escravos fugidos e acoutados nas florestas, trazer o tributo de suas depredações vizinhas ou distantes ao vendelhão que apura nelas segunda colheita que não semeou e que tem sempre de reserva para os quilombolas recursos de alimentação de que eles não podem prescindir, e também não raras vezes a pólvora e o chumbo para a resistência nos casos de ataque aos quilombos. [...] o vendelhão é em regra a vigilância protetora do quilombola e o seu espião dissimulados que tem interesse em contrariar a polícia.²⁹

Sabendo-se que uma das estratégias senhoriais de dominação era o incentivo à desunião entre escravos, deveria causar verdadeiro temor a existência de relações entre os escravos de sua fazenda e aquilombados: “é nessas reuniões, é neste foco de peste moral que se premeditam e planejam os crimes que ensangüentam e alvoroçam as fazendas. Na hipótese de uma insurreição de escravos, a venda nunca seria alheia ao tremendo acontecimento”.³⁰

A etnicidade é um dado importante na descrição dos personagens: Simeão é apresentado como um crioulo de “pura raça africana”, cujas características haviam sido “modificadas favoravelmente pelo clima em que nascera”, ou seja, Macedo faz, também nesta história, uma gradação entre a civilidade do negro africano e do negro brasileiro. Deste modo, afirma ele que “Os crioulos são muito mais inteligentes que os negros da África”.³¹ Entretanto, esta maior inteligência do crioulo não servia, neste momento, para glorificar o país, como serviria um pouco mais tarde em *Noções de corografia do Brasil*,³² pois, aqui, Macedo quer mostrar que a escravidão corrompia o escravo, tornando-o imoral. Neste sentido, o autor explicava que um escravo inteligente poderia causar danos muito maiores à família senhorial, como podemos perceber através da seguinte

²⁹ Macedo, *As vítimas*, p. 10.

³⁰ *Ibid.*, p. 11.

³¹ *Ibid.*, p. 58.

³² Neste livro, escrito em 1873, Macedo associa um aumento no padrão de civilidade ao nascimento de negros no Brasil e à miscigenação, tentando mostrar que a existência de um grande número de negros não se constituía em empecilho para o desenvolvimento do país. Nesse caso, o crioulo era mais civilizado que o africano e o mestiço, mais civilizado do que o crioulo. Este tema foi desenvolvido no primeiro capítulo da tese.

passagem: “Toda escravidão é perversa; mas a escravidão inteligente é dez vezes mais perversa do que a escravidão brutal. Uma odeia por instinto; a outra por instinto e com reflexão”.³³

O que Macedo pretendia mostrar com esta história é que, mesmo criado com atenção e desvelo, Simeão não poderia fugir à regra das relações escravistas, porque, além da impossibilidade de não se relacionar com outros escravos, também não recebera educação para que nele fosse criado o amor pelo trabalho. A este respeito, há uma passagem significativa para entendermos a posição de Simeão:

Simeão, o crioulo mimoso, perdido, malcriado pelas afetuosas condescendências e fraquezas dos senhores da casa, pervertido pelos deboches da venda e pelo veneno da crápula, ingrato pela condição de escravo, sem educação e sem hábito de trabalho, contando com a liberdade, e não conseguindo, era um perverso armado loucamente contra seus senhores pelas mãos dos senhores.³⁴

Macedo parece atentar para o fato de que os privilégios concedidos a alguns escravos poderiam contribuir para o desentendimento entre estes e os outros escravos. Fazia parte da lógica senhorial a concessão de privilégios a escravos domésticos, cuja fidelidade ao senhor tinha como meta a alforria, ao mesmo tempo em que fazia com que este se sentisse menos escravo do que seus companheiros de cativeiro. Já para o senhor, a concessão destes privilégios servia não só para obter a fidelidade dos escravos beneficiados, como também para minar uma união escrava, na medida em que criava hierarquias dentro da escravaria. A princípio simples, esta relação acaba por se revelar bastante complexa, já que o que o senhor encarava como concessão era, muitas vezes, interpretado pelo escravo como uma espécie de direito adquirido, o que acabava servindo, neste caso, para minar o próprio poderio senhorial, se nos lembrarmos de que a condição jurídica do escravo era a de “coisa” e, como tal, desprovida de direitos.³⁵

³³ Macedo, *As vítimas*, p. 58.

³⁴ *Ibid.*, p. 57.

³⁵ Hebe Maria Mattos, “Laços de família e direitos no final da escravidão”, in Luiz Felipe de Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. vol. 2 (São Paulo, Companhia das Letras, 1997), p. 354. É interessante perceber que a prerrogativa senhorial de concessão de privilégios foi sendo, em muitos aspectos, substituída pelo próprio projeto

Um dos motivos apontados pelo autor para o desfecho da história de Simeão foi a não educação deste. Com isto Macedo vai contra a idéia de que o amor paternal dado ao filho da escrava não seja válido; para ele este amor é necessário, mas não suficiente, porque seria preciso “inocular no coração do pequeno escravo predileto as noções do dever, o ensino da religião, a virtude da paciência, a obrigação do trabalho que moraliza e nobilita o homem, do trabalho não do homem máquina, mas do homem inteligência e coração”.³⁶ Em contraste com o amor cego, sem a complementação da educação, que “não educa o escravo simpático ou preferido, que o abandona aos sentimentos baixos, às inspirações malévolas da escravidão”.³⁷

Macedo demonstra ter ampla consciência das relações entre os escravos e do problema da não-educação destes para aquela sociedade. Deste modo, percebemos que, para o autor, a liberdade teria o poder de regenerar um escravo imoral, devendo, entretanto, ser complementada pela educação. Neste sentido, o diálogo estabelecido entre a senhora viúva e o seu genro — na véspera do vigésimo primeiro aniversário de Simeão — é exemplar:

— Eu tinha um desejo, meu filho; mas não o realizarei sem a sua aprovação.

— Aprovo-o desde já: qual é ele?

— Dar amanhã a liberdade a Simeão. [...]

— Aprova então?

— Sem dúvida; mas devo dizer que só ele perderá com o benefício que lhe quer fazer: perdão outra vez; Simeão está mal preparado para ser feliz com a liberdade; entretanto a liberdade é santa e regeneradora.

E nós não lhe fecharemos a porta; se ele quiser e há de querer, ficará conosco.³⁸

O autor defendia que não bastaria dar a carta de alforria ao escravo, era necessário também educá-lo, para que pudesse aprender a usu-

estatal de emancipação gradual, como podemos perceber pela lei da não separação da família escrava, do direito ao pecúlio e à compra de alforria, bem como a posterior proibição do açoite.

³⁶ Macedo, *As vítimas*, p. 57.

³⁷ *Ibid.*, p. 57.

³⁸ *Ibid.*, p. 60.

fruir da liberdade. O fato de a alforria ser dada quando da maioria de Simeão, torna este diálogo muito interessante, pois, de acordo com a Lei do Ventre Livre, era nesta idade que o “ingênuo” deveria sair da tutela do senhor.

Apesar de, em ambas as situações — no romance de Macedo e na lei — existir a possibilidade de o ingênuo continuar trabalhando na fazenda em que crescera, após sair da tutela senhorial, no caso do romance o liberto não havia sido preparado para viver em liberdade, e era esta a lição que o leitor/senhor deveria aprender. O objetivo de Macedo era o mesmo da Lei do Ventre Livre, onde, ao atingir a maioria, o ingênuo já deveria ter sido preparado para viver em liberdade. Com isto, sugere ao seu leitor — no caso, senhores — que a libertação do ventre escravo, além de ser um ganho no que se referia à moralização da sociedade, não implicaria necessariamente em perda de mão-de-obra. A necessidade da aprendizagem de um ofício, não só do escravo como também dos homens livres, foi ressaltada em outro diálogo do livro, em uma conversa entre o escravo Simeão e seu comparsa livre, o Barbudo:

— Se morrer o velho, a liberdade que ele te vai deixar tem ares de benção seguida de pontapé! [...] Não te mandaram ensinar ofício, fizeram de ti um famoso vadio, como eu, e agora se vieses a ficar forro, escorregarás da alforria para a miséria... hem?³⁹

Neste ponto, Macedo fez uma profunda crítica à sociedade em que vivia, pois, ao mostrar que o liberto sem trabalho poderia vir a viver em uma situação pior do que a de escravo, o autor trazia à tona o problema da população livre, desempregada, e o pior, em desacordo com os padrões de moralidade necessários a um país civilizado. Atendendo para isto, mostra a necessidade de se educar o escravo, para que possa tornar-se livre, sem se tornar um “vadio”.⁴⁰

³⁹ Ibid., p. 37.

⁴⁰ Ao comentar o romance *As vítimas-algozes*, Luiz Felipe de Alencastro ressaltou que “Macedo sustentava que a escravidão era péssima porque tornava o cativo um criminoso, verdugo de seus senhores. De vítimas os escravos passavam a ser algozes; era preciso se desembaraçar deles, largá-los na natureza”. Parece claro que tudo o que Macedo não queria era que eles fossem largados na natureza, já que responsabilizava os senhores pela falta de educação e de moralização dos seus escravos: Luiz Felipe de Alencastro, “Vida e ordem privada no Império”, in Alencastro (org.), *História da vida privada no Brasil*, p. 91.

No final da história, Simeão é condenado à forca, enquanto seu comparsa, Barbudo, por ser livre, é mandado para a casa de correção. Neste ponto, Macedo faz uma crítica direta à lei de exceção, que, na falta de outra penalidade, levava o escravo à morte:

É imoral a sociedade que mata; porque ensina a matar. É imoral a exceção na lei na regra mortífera contra o escravo; porque é uma iniquidade de mais imposta embora pela necessidade de aterrar os escravos, necessidade que manifesta as aberrações de todas as noções do direito e da justiça, a que a existência da escravidão obriga a sociedade, a quem castiga, a quem se vinga, corrompendo-a.⁴¹

O autor se referia à lei de 10 de junho de 1835,⁴² criada em decorrência do temor senhorial frente a um aumento na frequência de homicídios de senhores e feitores, praticados pelos escravos. Afirmava a lei, em seu artigo primeiro:

Serão punidos com pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem qualquer outra grave ofensa física, a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes que em sua companhia morarem, administrador, feitor, e as suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias, mais ou menos agravantes.⁴³

Ao discorrer sobre a lei de 1835, Lana L. G. Lima afirma que esta, a partir de 1857, foi usualmente substituída pela pena das galés perpétuas. A partir de então, para que a pena de morte fosse executada, era necessário o pronunciamento do Poder Moderador, ficando claro, apesar disto, que a lei de 1835 não havia sido abolida. Sabemos que o

⁴¹ Macedo, *As vítimas*, p. 67.

⁴² Ver Lana Lage da Gama Lima, *Rebelião negra e abolicionismo*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1981, p. 48; Célia Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco — o negro no imaginário das elites*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 183; Evaristo de Moraes, *A campanha abolicionista*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 174-76; Chalhoub, *Visões da liberdade*, pp. 33, 178.

⁴³ Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social (1866-1867)*, Petrópolis, Vozes/INL, 1976, p. 43, apud Gama Lima, *Rebelião negra*.

livro foi escrito em 1869, portanto, quando a lei que levava o escravo à pena de morte já não era de uso habitual. Entretanto, em casos de crimes graves, ainda podia ser aplicada.

O debate acerca da lei de exceção estava na ordem do dia. Na época da publicação de *As vítimas-algozes*, várias tentativas estavam sendo feitas no sentido de que fosse abolida. Em 1867, Malheiro propôs um projeto neste sentido, substituindo-a pela de prisão com trabalho. Um ano depois, concordando com Malheiro, Nabuco de Araújo, tendo por base estatísticas criminais, argumentava que a lei não contribuía para a diminuição da criminalidade escrava.⁴⁴

Qual seria a intenção de Macedo, ao construir um personagem escravo que é levado à forca? Primeiramente, criticar a permanência da própria exceção da lei em relação ao escravo, que mata o escravo criminoso, podendo deixar vivo e livre o seu cúmplice. Além disto, criticava a existência da pena de morte que, como vimos, para o autor não tinha um efeito exemplar, ou pior, tinha um efeito deseducativo: “é imoral a sociedade que mata; porque ensina a matar”.⁴⁵ A sua segunda intenção é a de culpar a própria sociedade por aquela situação, já que, para o autor, era a escravidão que corrompia o escravo. Macedo argumentava que, sendo Simeão escravo e seu comparsa livre, a pena de morte recaiu sobre a pessoa errada, já que o Barbudo tivera a chance — dada pela liberdade — de ser virtuoso, enquanto Simeão, escravo, só por uma exceção não seria “ingrato ou perverso”. A ingratidão e a perversão de Simeão foram ocasionadas pela escravidão:

Simeão foi o mais ingrato e perverso dos homens. Pois eu vos digo que Simeão, se não fosse escravo, poderia não ter sido nem ingrato, nem perverso. Há por certo alguns homens livres que são perversos; exemplo: o Barbudo. Esta perversidade é porém uma exceção no homem livre.⁴⁶

⁴⁴ Moraes, *A campanha abolicionista*, p. 175.

⁴⁵ Macedo, *As vítimas*, p. 67.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 67.

Pai-Raiol, o feiticeiro

Pai-Raiol, o feiticeiro é a segunda novela da trilogia *As vítimas-algozes*, na qual Macedo narra a história de uma família residente nos arredores da Corte, que, ao comprar um lote de 20 escravos, levou consigo um africano feiticeiro, Pai-Raiol. Este era um dos amantes de Esméria, escrava doméstica que viera para a fazenda no mesmo lote de Pai-Raiol e que ganhara a confiança de sua nova senhora, ao mesmo tempo em que se tornara amante do seu senhor. Aos poucos, Pai-Raiol, utilizando-se de seus poderes de feiticeiro, obrigou Esméria a praticar uma série de crimes contra a família senhorial, ao mesmo tempo em que ele próprio praticava outra série de crimes contra a propriedade do senhor. A novela chega ao fim após o envenenamento da senhora e dos filhos do casal e o concubinato do senhor com a escrava Esméria, quando, então, vêm à tona todos os crimes praticados por Pai-Raiol e por Esméria.

Ao comentar a descrição de Pai-Raiol, Flora Süssekind mostra como neste livro tal personagem “funciona como uma espécie de paradigma de um negro só negro. De um quase monstro, portanto, para olhos que se querem brancos, só brancos. E enxergam sua diferença como deformidade, exagero, desproporção, feiúra”.⁴⁷ Segue-se a descrição de Pai-Raiol:

Era um negro africano de trinta a trinta e seis [...] de baixa estatura, tinha o corpo exageradamente maior que as pernas; a cabeça grande, os olhos vesgos, mas brilhantes e impossíveis de se resistir à fixidade do seu olhar pela impressão incômoda do estrabismo duplo, e por não sabermos a fluência do seu magnetismo infernal; quanto ao mais, mostrava os caracteres físicos de sua raça; trazia porém nas faces cicatrizes vultosas [...] um golpe de azorrague lhe partira pelo meio o lábio superior [...].⁴⁸

Apesar de a descrição de Pai-Raiol ser extremamente pesada, principalmente se comparada com a de Simeão, crioulo, não posso concordar plenamente com a interpretação de Süssekind, isto devido à descrição, nesta mesma novela, de um outro personagem, também africano, assim apresentado:

⁴⁷ Süssekind, “*As vítimas-algozes* e imaginário do medo”, p. 31.

⁴⁸ Macedo, *As vítimas*, p. 82.

O tio Alberto representava o contraste mais completo do Pai-Raiol: era um escravo africano de trinta anos de idade, e de alta estatura; tinha a fronte elevada, os olhos grandes e brilhantes, a cor preta um pouco luzidia, os dentes brancos e perfeitos, largas espáduas, grossos e bem torneados braços possantes e formas justamente proporcionais: era bonito para sua raça, um Hércules negro em suma.⁴⁹

Sem dúvida, o fato de Pai-Raiol ser um feitiçeiro, fez com que Macedo utilizasse um maior número de palavras de carga semântica negativa para descrevê-lo. Devemos perceber que os caracteres físicos naturais, a que aludiu Sússekind, não foram vinculados por Macedo à africanidade de Pai-Raiol, caso contrário, não teria escrito, poucas linhas depois, que, “quanto ao mais, mostrava os caracteres físicos de sua raça”. Deste modo, caracteres físicos *peçoais* atribuídos a Pai-Raiol são potencializados por qualidades advindas do fato de ser ele um feitiçeiro (fixidade do seu olhar; fluidez de seu magnetismo infernal) e, além disto, já bastante marcado pelos castigos da escravidão (cicatrizes vultosas na face; lábio deformado), diferentemente do tio Alberto, um personagem que trabalhava “assíduo e diligente para escapar ao castigo que se ufanava de nunca ter provado”. Porém, também não podemos esquecer que este era “bonito para a sua raça”.⁵⁰

Em um artigo que trata de uma invasão policial a um candomblé, João J. Reis mostrou que era comum entre os senhores a associação da prática do candomblé à rebelião escrava, além do entendimento da feitiçaria como “arte diabólica”.⁵¹ Talvez daí viesse o esforço de Macedo em descrever tão pejorativamente o personagem Pai-Raiol, possuidor de um “magnetismo infernal” e, pela crença, capaz de manipular seus colegas de cativeiro através do uso da feitiçaria. Porém, Macedo vai além disto, mostrando que a crença na feitiçaria extrapolava os limites da senzala, influenciando a população livre:

⁴⁹ Ibid., p. 131.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ João José Reis, “Nas malhas do poder escravista: a invasão do candomblé do Accú”, in J.J. Reis e Eduardo Silva (orgs.), *Negociação e conflito — a resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989), pp. 40-46.

No Brasil, a gente livre mais rude nega, como o faz a civilizada, a mão e o tratamento fraternal ao escravo; mas adotou e conserva as fantasias pavorosas, as superstições dos míseros africanos, entre os quais avulta por mais perigosa e nociva a crença no feitiço. [...] Não são somente escravos que concorrem a essas turvas, insensatas e peçonhentas solenidades da feitiçaria: há gente simples, crédula, supersticiosa que se escraviza às práticas do feitiço, e vai aos fatais *candombes* sacrificar seu brio, sua moralidade, e sua saúde, além do dinheiro que às mãos cheias entrega ao feiteiro-mestre.⁵²

Através desta passagem, Macedo mostrava que muitas vezes a população livre se aproximava mais dos costumes vindos da senzala do que dos preconizados pela elite. Ao tentar manipular o medo senhorial da má influência do escravo sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre a sua família, Macedo deixa transparecer o seu próprio medo: o de um Brasil que ia, aos poucos, sendo africanizado.

A explicação encontrada pelo autor para a influência negra sobre os costumes brancos era que, apesar de o homem branco tentar reduzir “o homem à coisa”,⁵³ não o conseguiu, porque, ainda que escravo em relação ao corpo, o negro era livre em relação à alma, o que lhe permitiu conservar os costumes trazidos da África, considerados por ele selvagens, tais como a prática do feitiço, o curandeirismo e a língua “bárbara”. Macedo sugere que a escravidão gerava resistência; isto significava que, para acabar com os costumes trazidos da África, era necessário primeiro apagar todas as “sombras” da escravidão. É desta forma que ele tenta mostrar a necessidade da emancipação:

Essa prática de feitiçaria organizada [...] é uma peste que nos veio com os escravos d’África, que desmoraliza [...] e que há de resistir invencível a todas as repressões, enquanto houver escravos no Brasil, e ainda depois da emancipação dos escravos, enquanto a luz sagrada da liberdade não destruir todas as sombras, todos os vestígios negros que trouxe da África as superstições, os erros, as misérias, e as torvidades da selvaticidade.⁵⁴

⁵² Macedo, *As vítimas*, pp. 74-75.

⁵³ *Ibid.*, p. 73.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 75.

Aqui, percebemos um eixo de interpretação diferente do da novela *Simeão, o crioulo*. Ao escrever uma história em que o personagem central já era nascido no Brasil, Macedo argumentou no sentido de mostrar como a escravidão podia facilmente corromper um escravo, levando-o a praticar crimes. Já em *Pai-Raiol, o feiticeiro* — história onde o protagonista é africano — o autor trabalha no sentido de provar que, independente do ato criminal, o contato com costumes africanos, considerados por ele bárbaros, já seria o bastante para prejudicar a família senhorial.

Temos que levar em conta que, em nenhuma das novelas que compõem o livro, o ato criminal se liga ao fato de o criminoso ser negro, a não ser em razão de ser o negro também escravo. Neste caso, é provável que Pai-Raiol servisse mais como um paradigma de um escravo, só escravo do que de um “negro, só negro”, como afirmou Süssekind.⁵⁵ Tinha ele mais intensamente as características pelas quais Macedo mais condenava a escravidão: a manutenção dos costumes trazidos da África, no caso, a feitiçaria, a língua bárbara e o desamor ao trabalho, o que explicava a deformidade física produzida pelos castigos. Tais características servem para mostrar o que queria Macedo: culpar o senhor pela baixa moral e cultural do escravo. Afinal, por ter por volta de 30 anos e o tráfico ter sido extinto em 1850, temos que Pai-Raiol já estaria, no mínimo, há 19 anos no Brasil e, ainda assim, preservava seus costumes. A explicação para a sobrevivência dos costumes africanos no Brasil era atribuída por Macedo à própria instituição da escravidão, que impedia o processo civilizatório.

O que Macedo fez foi dar uma explicação sociológica para os crimes cometidos pelos escravos, buscando assustar o senhor, ao afirmar que mesmo um negro de boa índole era levado, no Brasil, devido à influência da escravidão, a se entregar aos vícios e à criminalidade. Tal era o caso de tio Alberto:

Alberto era um homem negro de natureza nobre e alta, mas já estragado pelos venenos da escravidão: como os outros escravos seus parceiros, já tinha manchado as mãos com o furto, os lábios

⁵⁵ Süssekind, “As vítimas-algozes e o imaginário do medo”, p. 31.

com a mentira, o coração com o desenfreamento da luxúria torpe, o estômago e a cabeça com o abuso do aguardente. De suas qualidades por assim dizer inatas, só restavam os vestígios nos defeitos opostos.⁵⁶

Contudo, a crítica de Macedo não se dirige apenas aos costumes imorais dos cativos, ela se dirige também aos costumes dos senhores de escravos, cuja preocupação com a moral estaria abaixo da de acumular bens, o que os fazia comprar escravos sem se preocupar com a moral destes ou ainda com a sua influência sobre a família senhorial.

Uma das partes mais significativas desta novela é aquela em que Macedo entra em uma discussão a respeito da escolha entre uma relação tolerante ou coercitiva no trato com o escravo.⁵⁷ Levanta a questão para, em seguida, descartar ambas as possibilidades: a tolerância não seria possível porque, para o autor, a escravidão disseminava um ressentimento e, com este, a natural ingratidão dos escravos; a severidade também não resolveria, porque provocaria vinganças violentas por parte dos escravos.

Descartando tanto a coerção quanto a tolerância, ainda sobriria ao senhor o caminho da educação. Entretanto, Macedo explica que, em relação ao escravo, a educação sem a liberdade também não seria viável, pois, ao educá-lo no sentido do cumprimento do seu dever, o senhor também o estaria educando no sentido dos direitos do homem; deste modo, “se fizesséis instruir vossos escravos na religião de seus deveres, instruí-los-íeis também e necessariamente na religião de seus direitos de homens, e teríeis educado e preparado a resistência inteligente do oprimido”.⁵⁸

Através desta argumentação, Macedo tenta desmontar qualquer argumento escravista para justificar a manutenção da escravidão, tentando mostrar que nem a tolerância, nem a repressão e, ainda menos, a

⁵⁶ Macedo, *As vítimas*, p. 131.

⁵⁷ A este respeito João José Reis mostrou como a discussão sobre as atitudes repressivas ou tolerantes no trato com os escravos foi comum durante todo o século XIX, já que para aquela sociedade disto dependia a possibilidade de se conter uma rebelião escrava: Reis, *Negociação e conflito*, pp. 37-38.

⁵⁸ Macedo, *As vítimas*, p. 111.

educação poderiam vir a conter a “vingança” dos escravos, fosse ela deliberada ou não. No parágrafo também transparece a idéia de que conservar os escravos na ignorância era uma das formas utilizadas pelos senhores para melhor manter a dominação. A única saída para o senhor, que desejasse proteger a si mesmo e à sua família, seria alcançada através da libertação e da educação e moralização de seus escravos.

Lucinda, a mucama

A última das novelas que compõem o livro chama-se *Lucinda, a mucama*. Nela, o autor descreve a influência perniciosa de uma escrava doméstica sobre Cândida, a filha do senhor. Passo a passo. Lucinda corrompe Cândida, levando à desmoralização da família.

Cândida, a filha dos senhores, tivera uma educação exemplar, principalmente, ressalta o narrador, pelo fato de não ter tido contato com escravas. Quando do seu aniversário de onze anos, a garota ganhara de presente uma mucama, um ano mais velha do que ela e que, justamente com a finalidade de se tornar uma mucama, havia sido educada em uma instituição da Corte, onde a proprietária zelava pela moral das alunas, não as deixando sair à rua. Entretanto, as aprendizes dormiam todas juntas, as novas e também as mais velhas, e destas relações nasceu a perniciosidade de Lucinda:

suas irmãs, as escravas com quem convivera, algumas das quais muito mais velhas do que ela, tinham-lhe dado as lições de sua corrupção, de seus costumes licenciosos, e a inoculação da imoralidade, que a fizera indigna de se aproximar de uma senhora honesta, quanto mais de uma inocente menina.⁵⁹

Macedo descreve o processo de corrupção dos costumes senhoriais através da influência corruptora da mucama Lucinda sobre Cândida, a sinhá-moça. Paulatinamente, Lucinda corrompe a educação de Cândida, ensinando-lhe a dissimulação e a luxúria, processo que culmina na sedução de Cândida por Souvanel, um vigarista francês, cúmplice de Lucinda.

⁵⁹ Ibid., p. 167.

A explicação dada por Macedo para o comportamento de Lucinda era que esta, por ser mais inteligente do que as outras escravas, fora escolhida para ser mucama e, como tal, tinha inveja da inocência da senhorinha, querendo, por isto, desmoralizá-la. Deste modo, conclui Macedo que:

Finalmente, a mucama compreende por instinto que esta profanação da inocência, essas conversações lúbricas que às ocultas de seus pais a menina permite, estabelecem maiores condições de confiança, que lhe aproveitam, e por isso mesmo que humilham a senhora, ensoberbecem a escrava.⁶⁰

Ao escrever uma história em que as relações perniciosas entre a escrava e a senhora moça não são percebidas pelos pais, Macedo parece ter como objetivo incutir nos senhores a dúvida a respeito dos seus escravos domésticos, considerados de confiança. Para isto, é fundamental uma característica, presente em quase todas as descrições dos escravos traidores de Macedo: a dissimulação. Dissimulação que Cândida aprendera com Lucinda, e que, por isto, não permitira que a família desconfiasse de suas atitudes.

Ao expor a capacidade do escravo de dissimular, Macedo parece atentar para o fato de esta característica ter sido minuciosamente desenvolvida como forma de resistência escrava frente ao aparato de poder (físico, ideológico e legislativo) de que dispunha o senhor. Através da dissimulação, o escravo era capaz de se fazer submisso aos olhos do senhor, ao mesmo tempo em que, por pequenos atos de desobediência clandestina, tentava realizar os seus desejos. Para Reis, neste sentido, o “inviolável” poderio senhorial estava limitado, na prática, pela negociação com o escravo.⁶¹ A dissimulação é, dentre as características atribuídas ao caráter do escravo, a qualidade mais presente em *As vítimas-algozes*. A explicação para isto é assim exposta por Macedo:

Ninguém dissimula melhor do que o escravo: sua condição sempre passiva, a obrigação da obediência sem limite e sem refle-

⁶⁰ Ibid., p. 177.

⁶¹ Reis, *Negociação e conflito*, p. 32.

xão, o temor do castigo, a necessidade de esconder o ressentimento para não excitar a cólera ameaçadora do senhor, o hábito da mentira, enfim, fazem do escravo o tipo da dissimulação.⁶²

E dentre os protagonistas escravos, Lucinda era o protótipo da dissimulação. Neste personagem, esta característica é acentuada devido a três fatores: primeiro, à sua maior inteligência e instrução — Lucinda sabia ler, o que facilitava a manipulação de cartas e bilhetes; segundo, a uma maior liberdade de ação, advinda de sua condição de mucama; e terceiro, devido à estreiteza das suas relações com a sinhá-moça, que lhe permitia conhecer muito bem a lógica senhorial e, por conseguinte, fazer uso de suas fraquezas.

A intimidade das relações entre senhores e escravos, dada a natureza da escravidão doméstica, foi bastante demonstrada por Macedo nas histórias de Simeão e de Lucinda, ambos crioulos. A este respeito, João José Reis sugeriu que, para os crioulos e ainda mais para os mestiços (não citados nestas novelas de Macedo) era mais fácil experimentar a face paternalista da escravidão do que para o africano. Isto porque se esperava dos crioulos e mestiços uma proximidade cultural com o civilizado mundo dos brancos, diferentemente dos africanos, considerados bárbaros.⁶³

Também nesta novela, Macedo retoma a descrição do ambiente da cozinha e da venda, com o objetivo de mostrar aos senhores como surgiam os boatos capazes de desmoralizar uma família:

Os escravos de Florêncio foram os primeiros a propalar na cozinha, e logo depois nas vendas, a multiplicidade de namorados de Cândida [...] as revelações dos escravos na cozinha e nas vendas espalharam-se além, e Cândida sem o suspeitar teve em breve estabelecida e firmada a sua fama de astuta e consumada namoradeira.⁶⁴

A mucama Lucinda encaminha o namoro de Cândida com Souvanel, primeiro em troca de dinheiro e, depois, da alforria, caso este

⁶² Macedo, *As vítimas*, p. 59.

⁶³ Reis, *Negociação e conflito*, pp. 45-46.

⁶⁴ Macedo, *As vítimas*, p. 190.

conseguisse desposar a sinhá-moça. Era bastante comum, na literatura brasileira do século XIX, a figura do escravo que levava recados e promovia encontros amorosos em troca de dinheiro, favores e privilégios. Há exemplos na própria obra de Macedo, como pudemos perceber em *A moreninha*. Só que, lá, o que era uma cena pitoresca torna-se aqui ato pernicioso.

Souvanel é descrito primeiramente como um francês louro, de olhos cintilantes, aspecto agradável, bom trajar, inteligente, porém de instrução superficial, para, depois, com o decorrer da narrativa, se revelar pobre, jogador e ladrão, que queria casar-se com Cândida devido ao seu dote e à posterior herança.⁶⁵ O fato de Souvanel ser francês realça os tons nacionalistas com que Macedo conta as suas histórias. Segue-se a descrição de Souvanel: “Egoísta e frio especulador, descrente em religião, alheio às noções do dever, desdenhando dos brasileiros em refalsado segredo, ambicioso de riqueza [...]”.⁶⁶ O francês é justamente o contrário do que desejava Macedo para seus leitores, em termos de moralidade. Neste parágrafo, é evidente a propaganda dos valores morais da família, da pátria, da honestidade e da ética para o trabalho. O tema do estrangeiro sem caráter é muito diferente da exaltação do estrangeiro, feita pelos imigrantistas das décadas de 1870 e de 1880.⁶⁷ O próprio Macedo era a favor da imigração. Neste caso, talvez o autor quisesse mostrar que a vinda indiscriminada de estrangeiros para o país poderia vir a agravar o problema da existência de uma moral já tão deturpada, ou, ainda, que estes estrangeiros não deviam introduzir-se nas famílias brasileiras “de bem”.

Lucinda, mesmo ciente do mau-caráter de Souvanel, cria uma situação para que Cândida seja deflorada e o seu casamento com Souvanel se torne inevitável. Vemos, aqui, a aliança do estrangeiro com a mucama contra a nação. Até nisto o escravo era perigoso: não se podia confiar em sua fidelidade à nação. Ao final da história, Souvanel é preso, Lucinda e um pajem — cúmplice seu — fogem e, dias depois, são encontrados e mandados para a casa de correção. Também nesta novela Macedo culpa a escravidão pela situação criada por Lucinda:

⁶⁵ Ibid., pp. 205, 211.

⁶⁶ Ibid., p. 211.

⁶⁷ Sobre os projetos imigrantistas, ver Azevedo, *Onda negra*, cap. 1.

Lucinda não é que tem a maior culpa: ela é o que a fizeram ser, escrava, e conseqüentemente foco de peste; porque não pode haver moralidade, honra, culto do dever na escravidão, que é a negação de tudo isso. Que importa ao escravo o dever, se ele não tem direitos?⁶⁸

A representação do escravo como algoz e a nacionalidade brasileira

É na segunda metade do século XIX, principalmente na década de 1870, que as teorias raciais evolucionistas e darwinistas vão adentrar no Brasil, fazendo com que os contemporâneos assumissem uma ou outra teoria, quando não misturavam elementos das duas, criando um pensamento particular em conformidade com o que se desejasse defender.

De acordo com Renato da Silveira, ainda que o racismo erudito estivesse presente em todas as áreas, como, por exemplo, na História, o seu avanço se deu na área da ciência — principalmente na polêmica sobre as origens do homem. A este respeito, na Europa do século XVIII existiam duas teorias: o monogenismo, que defendia a unidade do gênero humano; e o poligenismo, que argumentava que, devido à enorme diferença entre as raças, elas não poderiam pertencer à mesma espécie humana.⁶⁹

Lília Schwarcz argumentou que o debate acerca do monogenismo x poligenismo foi retomado na segunda metade do século XIX, congregando de um lado as sociedades de etnologia, que defendiam a visão unitária da humanidade através de uma filiação com o pensamento iluminista, para os quais “as diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural”.⁷⁰ E, de outro, os pensadores adeptos do darwinismo social, defensores do poligenismo, agrupados em torno dos centros de Antropologia.

⁶⁸ Macedo, *As vítimas*, p. 268.

⁶⁹ Renato da Silveira, “Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”, *Afro-Ásia*, n° 23 (2000), pp. 98-99.

⁷⁰ Lília Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças — cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 62.

Embora descrevesse pejorativamente as características físicas e morais dos escravos, a argumentação de Macedo em muito se diferenciava das doutrinas poligenistas. Isto pode ser percebido pelo fato de o narrador de *As vítimas-algozes*, por várias vezes, nas três novelas, caracterizar o negro, fosse ele africano ou não, como inteligente: “o negro atijou a inteligência para fazer o mal, vendo-se escravo”,⁷¹ o que não o impediu, entretanto, de expressar a superioridade física do branco em relação ao negro, principalmente se fosse ele africano, já que o clima serviria, neste discurso, para “abrandar” os caracteres da raça negra, como podemos perceber através das passagens abaixo:

Esméria era uma crioula de vinte anos com as rudes feições da sua raça abrandadas pela influência da nova geração em mais suave clima.⁷²

Tereza não era uma senhora formosa; mas, posta mesmo de lado a superioridade física de raça, era bem-feita, engraçada e mimosa de rosto e de figura a não admitir comparação com a crioula.⁷³

De todo modo, ao caracterizar o negro como inteligente, Macedo abriu a possibilidade de trabalhar o medo dos senhores da rebeldia escrava nestas três novelas. Isto porque tinha condições de, com sucesso, tramar, enganar, persuadir e, enfim, trair os seus senhores. Macedo mostrava uma oposição social entre escravos e senhores e não racial. Era o escravo o inimigo do senhor e não o negro do branco. Caso contrário, a liberdade não seria capaz de regenerar moralmente o escravo.

Podemos perceber que as teses de Macedo, apesar de terem pontos em comum com as teorias raciais do século XIX, tais como a influência do meio e a superioridade branca, se diferenciavam destas por uma certa gradação de valores. Tomando como exemplo as teorias poligenistas do conde de Gobineau e comparando-as com as teses presentes na obra de Macedo, percebemos que, apesar do determinismo de ambos em relação à influência do meio, elas diferem em um ponto fundamental. Para o conde de Gobineau, na miscigenação predominariam

⁷¹ Macedo, *As vítimas*, p. 77.

⁷² *Ibid.*, p. 84.

⁷³ *Ibid.*, p. 99.

as características negativas da “raça inferior”⁷⁴, enquanto para Macedo o crioulo e, mais ainda, o mestiço teriam os defeitos da “raça inferior” amenizados. Esta espécie de adaptação das teorias raciais — que tanta repercussão tiveram no Brasil — é justificada pelo fato de Macedo, fazendo parte da elite ilustrada do país, querer validar o Brasil enquanto nação apta ao progresso, ao passo que Gobineau previa o fim da nação justamente devido a esta desregrada mestiçagem.⁷⁵

Concordar com Gobineau, no que se referia ao futuro dos mestiços, seria o mesmo que abandonar o projeto nacionalista brasileiro, com o qual o romantismo pactuava. Haja vista que, para Gobineau, até mesmo a elite brasileira era composta por mestiços.⁷⁶ Neste sentido, a tentativa de diferenciar o escravo africano do crioulo revela não apenas o nacionalismo literário de Macedo, como também a escolha de um modelo evolutivo, no que se referia às teorias raciais. Esta escolha é significativa, porque abria a possibilidade, para o autor, de, após a emancipação, através da educação, da moralização e também de uma possível miscigenação, haver uma completa integração dos ex-escravos ao modelo de civilização branca, perseguido pelo autor.

O tema da miscigenação não foi abordado por Macedo em *As vítimas-algozes*. Por ser uma obra de propaganda a favor da emancipação escrava, em que Macedo apelava para os interesses da família do senhor, nela, mais do que em nenhuma outra obra, o autor adotou o ponto de vista senhorial. É provável que fosse este o motivo do seu silêncio acerca da miscigenação nesta obra, uma vez que ela se constituía em verdadeiro tabu para a elite da época. Já no romance *As mulheres de mantilha*, escrito um ano depois de *As vítimas-algozes*, em 1870, o tema foi abordado. Ainda que nele a miscigenação ocorresse fora da

⁷⁴ Schwarcz, *O espetáculo das raças*, p. 56.

⁷⁵ Para Gobineau, o mestiço era um ser biologicamente inferior, com extinção prevista após poucas gerações. A saída para a nação brasileira, segundo ele, seria o incentivo à imigração e o não-cruzamento entre as diferentes raças. Ver Gobineau, “O Brasil de 1873 segundo Gobineau”, in George Raeders, *O inimigo cordial do Brasil*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1988.

⁷⁶ Como pode ser percebido através do seguinte comentário de Gobineau, em Relatório ao Ministro dos Assuntos Estrangeiros em Paris: “É preciso convir que a maior parte do que se nomeia ‘Brasileiros’ se compõe de sangue misturado, mulatos, quarterões caboclos de graus diferentes. Nós os encontramos em todas as situações sociais”: apud Sússekind, “*As vítimas-algozes e o imaginário do medo*”, p. 30.

elite, é bastante significativa a construção de personagens pertencentes a uma família pobre e mestiça que possuía uma moral exemplar. Esta família servia como exemplo de que a miscigenação poderia ser uma solução bastante viável para a sociedade brasileira.

A tese da miscigenação foi mais explicitada no livro *Noções de corografia do Brasil* (1873), onde Macedo, referindo-se à formação do povo brasileiro, associou a mudança de ambiente — o nascimento no Brasil — e o branqueamento da população a um aumento no padrão de civilidade. Deste modo, escreve:

[...] O gentio é como dantes refratário à civilização; os negros da África que ainda existem também o são: mas os crioulos, filhos destes, já apresentam notável inteligência, e os mestiços igualam o europeu e sua descendência em capacidade, força e extensão das faculdades intelectuais [...] iguais perante a Lei, iguais perante a razão, pela Filosofia e pelos direitos constituídos, todos os cidadãos brasileiros, procedentes dessas variedades da raça humana, têm ainda por fundamento de glória cívica, que cada uma de tais variedades conta no Brasil heróis ou notabilidades [...].⁷⁷

Através do estudo de *As vítimas-algozes - quadros da escravidão*, podemos perceber que Macedo tentava convencer o leitor da necessidade e da urgência da emancipação da escravidão, utilizando para isto um discurso moralista no qual o escravo era a representação da maioria dos males que pudessem afetar a moral da família branca. Deste discurso moralista emergem diversos objetivos, tais como: a defesa da família, o enaltecimento da Pátria, a melhora do caráter do brasileiro, a afirmação da humanidade do negro, a necessidade da liberdade, a promoção da ética do trabalho, etc. *As vítimas-algozes* é um romance de tese, o que significa, de acordo com Silviano Santiago, que a idéia que foi ali desenvolvida — ou seja, a necessidade da emancipação gradual dos escravos com a devida indenização dos senhores — já estava amadurecida antes do ato da escrita.⁷⁸

⁷⁷ Joaquim Manuel de Macedo, *Noções de corografia do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1873, p. 207.

⁷⁸ Silviano Santiago, “Desvios da ficção”, in José do Patrocínio (org.), *Mota Coqueiro ou a pena de morte* (Rio de Janeiro, Francisco Alves/INL, 1977), p. 12.

A representação do escravo como inimigo doméstico não era novidade na época da publicação de *As vítimas-algozes*. Ao analisar os projetos emancipacionistas, Célia Azevedo mostrou que, desde o início do século XIX, a temática do escravo como inimigo doméstico já era bastante freqüente no discurso da elite.⁷⁹ Na literatura, a primeira obra a tratar, como assunto principal, a influência do escravo na família foi a comédia *O demônio familiar*, de José de Alencar⁸⁰. Escrita e encenada em 1857, a peça cria situações do cotidiano senhor-escravo parecidas com as expostas, posteriormente, por Macedo em *As vítimas-algozes*. Apesar de ter feito representações do escravo muito parecidas com as elaboradas por Alencar, Macedo se distanciou da argumentação de Alencar em pontos cruciais. Neste sentido, o romance de Macedo mais do que recebeu uma influência passiva da comédia de Alencar, na verdade parece dialogar com ela, evidenciando, por trás das divergências, projetos políticos conflitantes.

Ambas fazem uma representação do escravo doméstico, tratando a escravidão como uma questão moral. Ambas ressaltam a capacidade do escravo de dissimular e mesmo de persuadir seus senhores, de modo a atingirem seus objetivos; além do que, nas duas, o escravo é representado como cheio de vícios, uma imagem vinculada à própria idéia de incivilizado.

Pedro, o escravo doméstico de Alencar, exerce uma influência perigosa sobre a filha do senhor, ameaçando destruir a inocência da menina, tal como a influência exercida por Lucinda sobre Cândida. Também como Simeão e Lucinda, Pedro — sendo escravo doméstico — é capaz de entender detalhadamente os códigos senhoriais, fazendo-se passar pelo que o senhor quisesse que ele fosse. Em ambas as obras, o que fica implícito, através desta forma de ação dos personagens escravos, é a limitação do poder senhorial.

Contudo, as semelhanças acabam aqui. Para Alencar, o negro perigoso deveria ser educado e moralizado para, depois, ser libertado. Neste percurso, o senhor era incumbido da educação e, portanto, só lhe caberia a iniciativa de alforriar seus escravos. Ao fazer uma análise minuciosa de *O*

⁷⁹ Azevedo, *Onda negra*, cap. 1.

⁸⁰ José de Alencar, “O demônio familiar”, in *Obras completas*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1960.

demônio familiar, Sílvia Cristina Silva mostrou que Alencar se utilizava de duas idéias contraditórias, “por um lado, o escravo como inimigo doméstico, sempre pronto a atacar, mas, por outro lado, ao abordar o problema da educação do escravo, ele o transformava num elemento passivo”.⁸¹

Como vimos, Macedo tinha idéias completamente diferentes, discordando, uma por uma, das teses de Alencar. Com esta finalidade, mostrou que os senhores não educavam seus escravos, pelo contrário, muitas vezes utilizavam esta ignorância como forma de dominação. Neste caso, a alforria não deveria depender do senhor, já que o seu interesse no escravo não era humanitário e sim egoísta.

Estas diferenças refletiram-se no tom com que Macedo pintou o seu romance. Sem dúvida, ele se utilizou de cores muito mais carregadas que as de Alencar. A meta que Pedro queria atingir, ao tentar encaminhar o casamento dos filhos de seus senhores, era vir a ser cocheiro, ou seja, por trás de toda a artimanha de Pedro, de toda a capacidade de persuadir, estava a subserviência. O seu desejo acabava por ser limitado pela própria condição de escravo. Macedo parecia discordar muito de Alencar no que dizia respeito a esta passividade escrava. Os “algozes” de Macedo queriam desde a simples vingança até a sonhada alforria e dinheiro suficiente para, ainda que livre, não viver como escravo e até mesmo ocupar o lugar do senhor e da senhora. O que em Alencar tinha a leveza da comédia, ainda que, por vezes, pudesse provocar um “riso nervoso”, em Macedo tinha sempre o peso de uma tragédia. A urgência da emancipação era mostrada por Macedo, justamente devido às metas que o escravo, enquanto inimigo doméstico, pretendia atingir.

De acordo com Sússekind, em *As vítimas-algozes* existiria um triplo registro: o primeiro deles, dado o alto nível de exemplaridade da obra, seria o esforço de coesão de uma camada da população, o segundo seria o temor senhorial, enquanto o terceiro seria o de mostrar o crescimento da resistência negra. Para a mencionada autora, este último registro teria sido feito em parte “à revelia” de Macedo.⁸² Discordamos desta última tese, já que, como vimos, o escravo era, para Macedo, um inimigo do senhor, capaz de enganar, persuadir, roubar, aquilombar-

⁸¹ Souza e Silva, “Idéias encenadas”, p. 95.

⁸² Sússekind, “*As vítimas-algozes* e o imaginário do medo”, p. 27.

se e matar. Este, sem dúvida, foi o mais importante registro desta obra, pois é através deste registro que ela poderia atingir o seu objetivo: trabalhar o medo na classe senhorial de forma a fazer com que o Imperador encontrasse respaldo para a Lei do Ventre Livre.

A percepção do escravo como inimigo doméstico não surgiu com Macedo nem se encerrou com ele. Esta imagem foi bastante utilizada pelo movimento abolicionista brasileiro para mostrar a urgência em se pôr um fim à escravidão. Como exemplo, podemos citar o livro *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco. Escrito em 1883, catorze anos após a publicação de *As vítimas-algozes* e doze após a Lei do Ventre Livre, as teses acerca dos males causados pela escravidão na moral do brasileiro não diferem muito das de Macedo: em ambos a escravidão é apresentada como um problema moral, que corrompeu os costumes do país através de um processo de africanização, isto é, um processo visto como oposto à civilização; em ambos a escravidão contribuiu para que não fosse criada, no cidadão brasileiro, uma ética do trabalho; em ambos o escravo é apresentado como um inimigo natural do senhor; além do que os dois concordavam que a educação fosse o segundo passo a ser dado no caminho da moralização, sendo o primeiro a extinção da escravidão.

Entretanto, os dois diferem em um ponto estratégico. Para a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, cuja sede era a residência de Nabuco, “os homens sem liberdade eram privados da própria natureza humana”.⁸³ Como, de acordo com o iluminismo, a liberdade era associada à razão, temos que, para os abolicionistas brasileiros, o escravo tinha uma natureza “bestial”, sendo ora completamente passivo, ora violento.⁸⁴ De acordo com Macedo, o escravo também tinha uma natureza animal: “os escravos só se deixam arrebatar pelo instinto animal, que por isto mesmo os impelem mais violento”.⁸⁵ Este raciocínio também pode ser percebido na descrição da escrava Esméria:

⁸³ Ver Célia Marinho Azevedo, “Irmão ou Inimigo: o escravo no imaginário escravista abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil”, *Revista USP*, nº 28 (1996), Dossiê Povo Negro — 300 anos, p. 100. A autora mostrou como as diferentes imagens foram formadas devido a processos históricos distintos, tais como: diferenças religiosas, diferenças étnicas, divergentes processos de conquista da independência política e a existência da escravidão em parte ou no total do território nacional.

⁸⁴ Azevedo, “Irmão ou inimigo”, p. 104.

⁸⁵ Macedo, *As vítimas*, p. 42.

[...] era possessa do demônio da luxúria, que é o demônio torpe que desenfrea os instintos animais do escravo, únicos que o mantêm animal a despeito da prepotência que teima em reduzi-lo a simples coisa material.⁸⁶

Entretanto, para Macedo, o escravo era “livre sempre pela alma”. Provavelmente, foi para ressaltar esta diferença que Macedo não admitiu, neste seu romance, a existência de escravos passivos. Em *As vítimas-algozes*, a passividade indicava apenas dissimulação; quando passivos, os escravos estariam sempre tramando algo contra o senhor. Neste discurso, só por “prepotência” o senhor achava que subjugava completamente o escravo, reduzindo-o a “simples coisa material”.

Portanto, de acordo com Macedo, como não existia o escravo passivo, a educação só surtiria efeito quando fosse libertado e parasse de conviver com os “vícios” advindos da escravidão. Deste modo, aconselhava aos senhores: “Não condeneis o crioulo; condenai a escravidão. O crioulo pode ser bom, há de ser bem amamentado, educado, regenerado pela liberdade”.

Em resumo, vimos que para Macedo o escravo brasileiro era inteligente e capaz de persuasão e reflexão. Se sua humanidade lhe havia sido tirada em decorrência da própria condição de escravo, logo, para que pudesse vir a integrar a sociedade, deveria primeiramente ser libertado — de modo a readquirir a sua humanidade — e educado moralmente através do ensino de princípios católicos. Neste sentido, é bastante significativo o plano dos senhores de Simeão de libertá-lo quando da sua maioridade (21 anos). O narrador explicou que o plano falhara porque Simeão não sabia dos planos dos senhores e porque não fora educado para viver em liberdade.

Se o negro deveria ser educado após ser libertado e se só após esta educação estaria pronto para usufruir desta liberdade, contribuindo com a sociedade, fica implícito, aqui, que, no intervalo compreendido entre a sua libertação e o seu preparo para viver como homem livre, o negro deveria ser educado sob a tutela de alguém. E, como vimos em *Simeão*, o

⁸⁶ Ibid., p. 86.

crioulo, Macedo sugeria que o escravo deveria ter sido educado pelo senhor e que a idade para o usufruto da liberdade fosse aos 21 anos.

Ora, em termos gerais, era esta a proposta da Lei do Ventre Livre. Ao estudar a origem do emancipacionismo, Robert Conrad mostrou que as discussões para um projeto emancipacionista se desenvolveram na década de 1860, quando a abolição da escravidão nos impérios português, dinamarquês e francês, bem como a Guerra Civil Americana, tornavam cada vez mais difícil a sustentação da escravidão no Brasil. Em 1863, Malheiro propôs a libertação do ventre como solução para a questão servil. Em 1866, Pimenta Bueno (futuro Marquês de São Vicente) preparou, a pedido do Imperador, um projeto de libertação, cuja base era o ventre livre, entretanto, este projeto foi arquivado. Em 1867, Nabuco de Araújo propôs outro projeto. Neste mesmo ano, Malheiro publicou o terceiro volume de *A escravidão no Brasil*, no qual traçava um plano reformista, contendo recomendações quase idênticas às propostas por São Vicente e Nabuco de Araújo e debatidas no Conselho de Estado.⁸⁷

Grande parte das idéias desenvolvidas no ensaio de Malheiro estão presentes em *As vítimas-algozes*, tais como a de que o escravo nasce livre e é escravizado; a idéia de que o escravo conservava a liberdade pela natureza; a idéia da emancipação gradual através da libertação do ventre e da educação do escravo até sua maioridade e, também, o argumento de que a emancipação dos escravos não acarretaria prejuízos para a lavoura.⁸⁸

Neste caso, qual teria sido a contribuição de Macedo ao escrever *As vítimas-algozes*? Partindo do ponto de vista senhorial, o autor trouxe a discussão jurídica para o plano doméstico, fazendo uma apologia das idéias emancipacionistas através da demonstração da perversão social que a escravidão trazia consigo. Como romancista, tentou contribuir com a emancipação, através da criação de personagens e de situações que demonstravam a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, tentando demolir, através da literatura, o aparato ideológico que sustentava a escravidão, tal como fizera Malheiro e outros no plano jurídico e político.

⁸⁷ Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1975, pp. 88-111.

⁸⁸ Malheiro, *A escravidão no Brasil*, vol. 2.

Resumo

O romance *As vítimas-algozes*, de autoria de Joaquim Manuel de Macedo, pode ser lido como um importante testemunho histórico da época em que foi escrito. Através da análise detalhada dos personagens, das situações e da linguagem presentes nesta obra, é objetivo deste artigo inserir o autor e a obra no contexto do amplo debate, ocorrido no Brasil do século XIX, acerca da orientação política e social da emancipação escrava.

Palavras-chave: Escravidão – Lei do Ventre Livre – Abolicionismo – Literatura – Raça – Joaquim Manuel de Macedo

Emancipationism and Representations of the Slave in the Literary Work of Joaquim Manuel Macedo

Abstract

The novel As vítimas-algozes (The Victims-Executioners), by Joaquim Manuel de Macedo, can be read as an important historical document of the period in which it was written. By means of a detailed analysis of the novel's characters, situations and language, this article attempts to situate the author and his literary work in the broad context of the debate over the political and social orientation of the emancipation of slavery that was taking place in Brazil during the XIX century.

Keywords: *Slavery – Free-Womb Law of 1871– Abolition – Literature – Race – Joaquim Manuel de Macedo*